

## A RESSIGNIFICAÇÃO DO MEIO AMBIENTE:

### Um Relato Sobre o Curso de Extensão “Meio Ambiente e Geopolítica do Desenvolvimento Sustentável”

Letícia Mello de Mendonça<sup>1</sup>

253

**Resumo:** Este trabalho apresenta um relato sobre as discussões realizadas no âmbito do curso “Meio Ambiente e Geopolítica do Desenvolvimento Sustentável”, coordenado pelo Prof. Dr. Leandro Dias de Oliveira e ministrado pelos professores da Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Os encontros abordaram temas técnicos e sociológicos, incluindo questões políticas, sociais, econômicas, espaciais e ambientais, à luz da geografia.

**Palavras-chave:** meio ambiente; desenvolvimento sustentável; geografia; geopolítica; sustentabilidade.


#### THE SIGNIFICANCE OF THE ENVIRONMENT:

##### A Report on the Extension Course "Environment and Geopolitics of Sustainable Development"

**Abstract:** This paper presents an account of the discussions held within the framework of the course "Environment and Geopolitics of Sustainable Development", coordinated by Prof. Dr. Leandro Dias de Oliveira and taught by the professors of the Postgraduate in Geography of the Federal Rural University of Rio de Janeiro. The meetings covered technical and sociological issues, including political, social, economic, spatial and environmental issues, in the light of geography.

**Keywords:** environment; sustainable development; geography; geopolitics; sustainability.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Relações Internacionais pela UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Bolsista de Iniciação Científica [PIBIC-CNPq, 2016-2017 e 2017-2018], desenvolvendo a pesquisa Desenvolvimento Sustentável e Reestruturação Produtiva: Análise sobre a cidade de Seropédica. Membro do Grupo de Pesquisa Reestruturação Econômico-Espacial Contemporânea, vinculado ao LAGEP - Laboratório de Geografia Política e Econômica [DGG/UFRRJ]. Monitora do curso de extensão “Meio Ambiente e Geopolítica do Desenvolvimento Sustentável”, coordenado pelo Prof. Dr. Leandro Dias de Oliveira (PPGGEO-UFRRJ).  <https://orcid.org/0000-0003-3320-6753>.

## LA RESIGNIFICACIÓN DEL MEDIO AMBIENTE:

### Un Relato Sobre el Curso de Extensión "Medio Ambiente y Geopolítica del Desarrollo Sostenible"

**Resumen:** Este trabajo presenta un relato sobre las discusiones realizadas en el marco del curso "Medio Ambiente y Geopolítica del Desarrollo Sostenible", coordinado por el Prof. Dr. Leandro Dias de Oliveira y ministrado por los profesores del Postgrado en Geografía de la Universidad Federal Rural de Río de Janeiro. Los encuentros abordaron temas técnicos y sociológicos, incluyendo cuestiones políticas, sociales, económicas, espaciales y ambientales, a la luz de la geografía.

**Palabras Clave:** medio ambiente; desenvolvimiento sustentable; geografía; geopolítico; sostenibilidad.

## Introdução

O curso de extensão “Meio Ambiente e Geopolítica do Desenvolvimento Sustentável”, promovido pelos docentes da Linha 1 – Espaço, Política e Planejamento, do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro [PPGGEO-UFRRJ], foi realizado em dez manhãs consecutivas das quintas-feiras no mini-auditório do Jardim Botânico, no campus-sede da UFRRJ, das 8:00 h às 12:00 h, entre os dias 06 de setembro e 8 de novembro de 2018, com a carga horária total de 40 horas. Tratou de uma reflexão coletiva – a partir especialmente da Geografia, mas sem abdicar da multidisciplinaridade – de tratar o meio ambiente em seus diversos matizes.

Afinal, o meio ambiente se tornou um tema de grande importância no último século. As bombas nucleares de Hiroshima e Nagasaki, ao passo que marcam o fim da Segunda Guerra Mundial, dão início a preocupações para além da guerra: a capacidade de destruição em massa da natureza e da própria humanidade. Este marco simbólico levanta questões históricas e atemporais – passado, presente e futuro são postos em cena –, pois tamanha destruição nunca havia sido vista, e afetaria tanto a geração atual (entre mortos e sobreviventes) como as gerações futuras (OLIVEIRA, 2011).

O debate se intensifica a partir da década de 70, quando as Nações Unidas – organização criada após a guerra a fim de promover e manter a paz – assume a importância da questão ambiental no cenário internacional. Nesse sentido, o tema toma proporções para muito além das bombas nucleares: o uso de agrotóxicos, o desmatamento, o aumento do nível dos mares, o aquecimento global. Todos esses assuntos remetem à realidade do nosso tempo, da nossa história, e atingem um patamar onde não é mais possível medir escalas, pois o perigo é global. Mais uma vez, a humanidade atinge um ponto de atenção para a possibilidade da sua própria extinção.

Nos últimos 46 anos, tivemos três grandes conferências internacionais promovidos pelas Nações Unidas – as Conferências das Partes de Estocolmo (1972), a ECO-92 (1992) e a Rio+20 (2012) – e dois tratados internacionais de grande porte – o Protocolo de Kyoto (1997) e o Acordo de Paris (2015) – todos estes dedicados exclusivamente à temática ambiental. As nuances da discussão levantam também um ponto central acerca do cenário mundial: o sistema capitalista, edificado sobre a visão econômica do desenvolvimento, e sua influência na dicotomia destruição/conservação da natureza.

Tal dicotomia é observada na história do próprio sistema. O carvão, fonte de energia desbravada pela Primeira Revolução Industrial no final do século XVIII, garante o aumento da produção ao mesmo tempo em que se amplia a poluição atmosférica. O petróleo, concebido na Segunda Revolução Industrial, é o principal recurso natural utilizado na produção de quase tudo o que é consumido pela população ao redor de todo o mundo e carrega consigo um histórico de desgaste ambiental imensurável. O crescimento econômico dos países se constrói sobre uma industrialização que utiliza de forma inescrupulosa os recursos naturais necessários para a sua própria criação e manutenção. À medida que o capitalismo avança, há um retrocesso na preservação da natureza.

Foi com base na relevância e na atualidade do debate sobre a sustentabilidade ambiental desse sistema pautado no desenvolvimento industrial econômico que este curso de extensão foi proposto, e foi a partir de subtemas também relevantes e atuais

que nos dez encontros foram abarcadas diferentes abordagens do olhar da geografia – ciência que une todos os meios que constroem o todo: o meio físico, espacial e natural com o meio político, social e econômico. Garantia-se, assim, uma discussão profunda e expressiva sobre a questão ambiental.

### **Encontros e discussões**

A abertura foi realizada pelo coordenador do curso de extensão Prof. Dr. Leandro Dias de Oliveira, intitulada “A emergência da problemática ambiental contemporânea”. Leandro Oliveira foi o idealizador do curso, criado com base em discussões anteriores sobre a questão ambiental e a geopolítica do desenvolvimento sustentável, como em uma palestra homônima ministrada na própria UFRRJ para o curso de Relações Internacionais pelo professor. O professor possui vasto histórico de escrita sobre desenvolvimento sustentável, tendo tratado do tema desde a sua monografia até o doutorado.

O início do curso não poderia se dar de forma diferente: é necessário estruturar a discussão pelo seu contexto histórico, mostrando onde se iniciaram os debates da temática ambiental no cenário internacional, e definir os rumos tomados até o consenso do conceito de desenvolvimento sustentável. O professor remete a discussão à formação inicial do sistema capitalista, tratando da relação entre a sociedade e a natureza, evidenciando a perspectiva do homem como trabalhador – em que o contato com a natureza se coloca como um escape da rotina de produção das novas cidades capitalistas. É com a maturação da forma de produção capitalista, e, conseqüentemente, a hegemonia econômica e política dos Estados Unidos, que se observa uma redefinição da natureza como recurso – e, posteriormente, como mercadoria. A proteção ambiental toma então um viés mais econômico do que ecológico. Esta afirmação carrega um contexto de marcos históricos da geopolítica mundial, como os choques do petróleo em 1973 e 1979 – reafirmando a disputa pelos recursos naturais; como a teoria de Malthus reeditada na década de 70 sobre o crescimento populacional desproporcional à produção de alimentos e conseqüentemente uso de recursos; e até mesmo do surgimento do conceito de

globalização, que envolve o aumento do consumo e da circulação de mercadorias pelo mundo.

Referente à cronologia das grandes conferências internacionais, a primeira em Estocolmo (1972) propunha o congelamento do desenvolvimento para garantir a conservação ambiental, que não seria possível ou coerente com o próprio funcionamento do sistema capitalista, dando lugar ao conceito de desenvolvimento sustentável na ECO-92 (1992) – retomado com destaque durante a Rio+20 (2012) – que busca unificar o crescimento econômico com a preservação do meio ambiente.

No segundo encontro, “Epistemologias, Políticas e Economias da Natureza: Modernidade em Xequê”, ministrado pelo professor Guilherme Ribeiro, foi proposta uma revisão da formação científica da natureza pela ciência moderna. Aqui, a natureza é reinventada como externa ao homem, perdendo o seu sentido sagrado e mítico. A discussão remete ao olhar de Galileu, Newton, Darwin e demais cientistas do início da era moderna, passando pela Revolução Científica e pelo Iluminismo, onde a natureza é contemplada pela lógica e pela razão, dotada de leis próprias – estas não mais divinas. Esta natureza passa então a adentrar o imaginário do homem colonizador, fazendo parte das disputas territoriais e do processo civilizatório, em suma contado por um viés exclusivamente eurocêntrico. Este encontro trata também do nascimento da geografia enquanto ciência de descrição da natureza e da sua formação político-territorial. A geografia, nesse sentido, se apresenta como uma ciência que auxilia na conquista da natureza.

Em seguida, ainda no segundo encontro, tratamos das contradições do capitalismo por uma leitura marxista, observando a natureza como matéria-prima da produção e, por conseguinte, da acumulação de capital. Os recursos naturais se tornam escassos à medida que a indústria se desenvolve, tornando a crise do capitalismo essencialmente atrelada à crise ambiental, uma vez que toda produção depende da força motriz de recursos não-renováveis. Uma mudança estrutural para um caminho mais sustentável representaria o colapso da lógica capitalista e a necessidade da criação de um sistema mais ecologicamente consciente. Dessa forma, um caminho teórico se apresenta: o

pós-colonialismo, ressignificando a natureza novamente, considerando novos e antigos saberes, como o conhecimento de comunidades locais e do campo.

Após esta parte introdutória, composta por dois encontros, a segunda parte do curso se debruçou sobre uma visão mais pautada em conceitos físicos da geografia. A noção desses conceitos e as discussões levantadas são tão importantes quanto a questão político-social-econômica para o desenvolvimento sustentável. É impossível conceber o conhecimento do que tratamos como sustentabilidade ambiental e econômica sem compreender os pormenores da análise ambiental que determinam a realidade física que observamos hoje.

No terceiro encontro, tratando da climatologia, o professor Andrews Lucena apresentou a temática “Mudanças Climáticas e Aquecimento Global”. São identificadas as composições dos principais gases do efeito estufa e apresentados fenômenos naturais como *El Niño* e *La Niña*, com o fim de expor as diferenças entre as causas naturais e as causas antrópicas referentes às mudanças climáticas e os impactos consequentes. Entendemos as limitações dos modelos preventivos que são realizados em muitos trabalhos científicos e as diferentes argumentações sobre os dados dispostos pelos órgãos internacionais.

O quarto encontro foi realizado pelo professor Heitor Soares de Farias e denominado “Risco e Vulnerabilidade a Eventos Climáticos Extremos”. Esse debate incluiu a cronologia da evolução dos conceitos geográficos sobre a dinâmica dos ecossistemas. Desse modo, é possível identificar a inclusão do homem na análise do ecossistema ao longo das teorias e os diferentes níveis da sua atuação e interferência no meio ambiente. Foram expostos também diferentes conceitos, como potencialidade, suscetibilidade e fragilidade, por exemplo, para possibilitar o entendimento dos diferentes graus da ação humana no seu meio e a resposta ambiental a ela. É possível observar que a análise socioeconômica não se distancia da abordagem da geografia física: os conceitos de vulnerabilidade e risco são diretamente ligados à questão ambiental, determinando quais áreas são mais propensas a grandes impactos ambientais e auxiliando na elaboração de um planejamento mais objetivo para

garantir a proteção do meio ambiente e da população que reside em áreas de risco afetadas.

O quinto encontro intitulado “Modelagem Ambiental de Cenários dos Incêndios Florestais” pelo professor Gustavo Mota de Sousa exemplificou o planejamento feito para situações de risco que foi conceituado no encontro anterior. Utilizando-se de conhecimentos de geocologia e geocartografia, a exposição foi centrada na uso de tais ferramentas para mapeamento, compreensão e evidentemente prevenção de incêndios florestais. Assim, um trabalho extenso de edição de imagens, ortofotos e mapeamento ostensivo com base em algoritmos para construção de polígonos de pequenas classificações do solo foi demonstrado para os presentes. Com base em sua tese de doutoramento, professor Gustavo Mota apresentou o “mapa de potencialidade de incêndio”, fruto do diálogo entre os mapas de combustibilidade e de risco à deflagração de incêndios.

O sexto encontro “Desastres Ambientais e Planejamento Ambiental” seguiu a linha de exemplificação do planejamento ambiental, dessa vez abordando os Sistemas de Informações Geográficas (SIG), que garantem a reunião de dados para o planejamento de prevenção e resposta a desastres ambientais. São contribuições diretas da área de geoprocessamento e georreferenciamento para a construção de uma base de dados, com mapas temáticos e planos de informações que possibilitam uma análise geográfica e socioeconômica completa para planejamento da atuação direta em situações de emergência. O professor Tiago Badre Marino, responsável pela apresentação, trouxe a recente discussão sobre o incêndio ocorrido no Museu Nacional (2018), indicando como é feita a utilização de uma plataforma SIG para o manejo dos recursos hídricos pelo Corpo de Bombeiros Militares do Rio de Janeiro (CBMERJ) e como ocorreu o acidente, apontando as dificuldades da emergência. Vale ressaltar que a plataforma utilizada pelo CBMERJ é produto de uma parceria entre os laboratórios de geoprocessamento da UFRRJ e da UFRJ (representada pelo professor Jorge Vieira da Silva), desde a sua concepção até seu desenvolvimento e aplicação. A plataforma gratuita, cujo nome é Vicon Saga, foi utilizada também na ajuda brasileira

concedida ao terremoto ocorrido no Haiti (2010), da qual o professor também participou diretamente. O desastre ambiental definido pela ONU como um desastre internacional – pois foi necessária ajuda econômica direta de outros países para a reconstrução do país – acarretou cerca de 320 mil mortes e a destruição de grande parte da infraestrutura do Haiti. Esta ação específica colaborou com o mapeamento de pontos críticos do país para que fosse possível garantir uma resposta emergencial caso necessária.

Um outro ponto relevante é contribuição das universidades públicas em parceria para a ação direta do Estado em situações de emergência. O desenvolvimento de uma plataforma colaborativa como a Vicon Saga permite a participação da sociedade civil para a contribuição na solução de problemas como o acidente do Museu Nacional, assim como a possibilidade de planejamento do Estado para situações emergenciais do tipo. O acesso gratuito e o aprimoramento constante da plataforma também garantem o apoio a diversos estudos científicos e aplicados, ressaltando a importância dos produtos e da ciência praticada dentro das universidades brasileiras gratuitas e de qualidade.

A parte final do curso envolveu três encontros pautados nos questionamentos por uma abordagem mais teórica sobre a ordem mundial e a discussões importantes sobre a questão urbana – imprescindível para a análise do desenvolvimento sustentável como um todo.

Partindo da escala global, o professor André Santos da Rocha discutiu “A Ordem Internacional da Globalização”, utilizando como base geógrafos renomados como o brasileiro Milton Santos e o britânico David Harvey. A teoria do saudoso geógrafo Milton Santos sobre globalização consiste em um tripé da técnica, da informação e do dinheiro como aspectos essenciais. Harvey caracteriza a globalização como a diminuição das distâncias pelo aumento da velocidade de circulação dos aspectos do tripé concebido por Santos. Em ambas as teorias, a multipolaridade das relações econômicas internacionais, culminando historicamente com a hegemonia militar estadunidense, definem a realidade mundial atual. O conhecimento impacta



diretamente a produção, uma vez que a intensa circulação de informações possibilita o desenvolvimento de novas tecnologias, e o arranjo da reestruturação produtiva-espacial já é visível a olho nu. Consequentemente, também aumentam o consumo e o uso inescrupuloso dos recursos ambientais – não um uso ilimitado, pois os recursos são finitos e a crise do sistema capitalista é diretamente ligada à emergência da crise ambiental. A natureza não funciona mais sem a incorporação do homem, e vice-versa.

Nesse encontro, foi exibida uma apresentação da empresa multinacional de telecomunicações Nokia, que retrata bem a morfologia da tecnologia atual. O vídeo “*Nokia Morph Concept*”<sup>2</sup> exprime a relação homem-tecnologia como uma nova fase da relação homem-natureza: um aparelho de última geração que se adapta e supre (quase) todas as necessidades da vida cotidiana. É uma ilustração de como a lógica do capital se associa facilmente às necessidades sociais da população – assim como um *smartphone* pode cumprir boa parte das atividades de uma pessoa, o capital é capaz de absorver as funções do Estado em termos de políticas para o desenvolvimento. Um exemplo prático é como as ajudas humanitárias realizadas pela ONU em parceria com países desenvolvidos podem encobrir interesses econômicos na disputa geopolítica por recursos naturais, como acontece no Oriente Médio. Santos caracteriza a globalização como parte da realidade como ela é, perversa, não-solidária, desumana. Uma realidade em que o ser humano – assim como o meio ambiente – são postos em segundo plano, com o capital a sua frente. O professor André Rocha volta à ideia definida na ECO-92 e retomada na Rio+20, apresentadas no primeiro encontro pelo professor Leandro Dias, de como se consolida a noção de que o desenvolvimento é a prioridade – e a sustentabilidade, secundária. O teor do desenvolvimento sustentável é muito mais econômico e financeiro do que político e ecológico. Novamente, a natureza é definida como recurso, ainda que seja para a manutenção da vida, mas um recurso dotado de valor econômico.

O professor André demonstra, por meio de uma discussão sobre a Amazônia, como é possível que o meio ambiente seja retratado essencialmente na forma de mercadoria.

---

<sup>2</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IX-gTobCJHs>. Acesso em: 29 de março de 2019.

A floresta é palco de disputas de controle geopolítico e estratégico. Grande parte da reserva potável de água mundial está presente na região, onde também se localizam grandes reservas de fornecimento de oxigênio pelas árvores e a maior reserva de biodiversidade do planeta. Dessa forma, a região se torna os maiores mercados de água, de ar e da vida, respectivamente. O acesso à floresta tropical é interesse mundial, afinal, como já dissemos, os recursos são cada vez mais raros pela sua finitude.

O oitavo encontro tornou a discussão mais próxima da escala local-regional. A crise urbana do capitalismo é abordada pelo professor Maurílio Lima Botelho na apresentação “Insustentabilidade Urbana e Crise da Cidade”. Ele tratou especialmente da superação de aspectos do sistema capitalista que apoiavam o seu crescimento. São estes: a obsolescência das fronteiras estatais para a globalização, a geração de emprego por meio do avanço tecnológico, a produtividade do trabalho humano, o aumento do valor da moeda, a concorrência e a legitimidade do Estado. Todos estes aspectos, uma vez tidos como positivos para o desenvolvimento do capital, hoje são postos como contradições pela lógica econômica. A crise urbana é decorrente destes mesmos aspectos: ela é um produto da crise do próprio capitalismo. Sua principal expressão é a crise habitacional. O aumento da reprodução social que diminui o valor da força de trabalho, a unificação entre a moradia e o trabalho com o crescimento dos trabalhos informais e empreendedores, a destruição dos espaços públicos pela desigualdade social, o espraiamento desenfreado das áreas urbanas em detrimento do campo, a militarização da vigilância e a crescente favelização são importantes exemplos dessa crise. O aumento da área urbana requer o aumento nos investimentos de infraestrutura, que muitas vezes são limitados e acompanham a crise ambiental. A dependência da sociedade de condições materiais fabricadas com plástico, concreto e aço – a base de, possivelmente, todos os recursos manufaturados utilizados por toda a população mundial, ou pelo menos pela sua maioria – evidencia a dependência da indústria e do urbano, essências do capitalismo, e da sua conseqüente utilização irrestrita de recursos naturais. Nesse contexto, é exemplo da insaciável lógica da acumulação a produção de alimentos, que apesar de ultrapassar a necessidade de

abastecimento de toda a população mundial, ainda reflete áreas sem acesso à comida assoladas pela fome e áreas em que há frequente desperdício dos alimentos pelo excesso de produção. A crise urbana do capitalismo revela rupturas espaciais, que não se restringem mais apenas a determinadas regiões ou locais, como os impactos globais da mudança climática; rupturas temporais, como o manejo da energia nuclear, que impacta gerações atuais e futuras; e rupturas biológicas, como a manipulação de genes ou até mesmo materiais fabricados absorvidos pelo corpo humano e alteram seu funcionamento que alteram a dinâmica natural do meio ambiente.

O penúltimo encontro, “Crise Estrutural e Contradições Ecológicas”, tratou de uma análise da contradição entre a lógica do capital e suas aplicações práticas. O professor Márcio Rufino Silva iniciou o debate apresentando um planejamento de sustentabilidade urbana elaborado em 2011 para o ano de 2022 em São Paulo. No documento, consta o “Diário de um Paulistano”, uma narrativa da vida cotidiana pela percepção de um morador da cidade após as mudanças citadas no documento serem realizadas. As propostas garantem uma remodelação não apenas do espaço urbano, mas de toda a organização social, econômica, política e ambiental da cidade. São levantados aspectos como a descentralização das tomadas de decisões governamentais para uma escala mais local, aumentando a participação de toda a população; a adaptação do sistema público de transporte, garantindo um aumento da mobilidade urbana e diminuindo a quantidade de carros, e conseqüentemente, a poluição causada pelos mesmos; a diminuição do consumo exacerbado, onde haveria maior consciência do uso de recursos para as necessidades básicas da população e o aumento de práticas sustentáveis como a reciclagem; o acesso democrático à internet; mudanças na infraestrutura da cidade também se mostram essenciais, como saneamento básico acessível a toda população; e até mesmo mudanças estruturais de cunho social, com assistências e incentivos às mães trabalhadoras e à população marginalizada, diminuindo a incidência do machismo e do racismo.

A construção desse espaço e, por conseguinte, a transformação dessa sociedade parece utópica e inalcançável pela lógica de funcionamento do sistema que, por meio

de uma produção insustentável, visa a acumulação de capital por si só. Nesse sentido, são postos de lado as necessidades sociais da população em função do grande consumo e seu lucro proveniente. David Harvey, como já tratamos neste artigo, diz que o sistema apresenta contradições, causando desigualdades sociais, espaciais e econômicas. Considerando Neil Smith, que apresenta a dialética dessa lógica que desafia o meio ambiente, em que o desenvolvimento econômico se baseia na produção dependente dos recursos naturais para produção de energia e matérias-primas que estão se tornando escassos, o professor aponta que o controle da natureza pelo capital é uma utopia. Apesar desse paradoxo existir, o capitalismo tem o histórico de adaptação e manejo de suas crises. Nesse sentido, o capital segue seu ritmo de reinvenção independente dos obstáculos que surgem: Naomi Klein trata dessa questão em *“A Doutrina do Choque: a Ascensão do Capitalismo de Desastre”* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008), sobre como a produção e acumulação são possíveis mesmo em situações de guerra, e exemplos como a privatização do ensino público após o furacão Katrina em 2005 nos Estados Unidos mostram que o capital segue seu fluxo apesar dos fluxos naturais que se contrapõem. Soluções paralelas como a exportação das crises pelo mercado financeiro e negociações políticas, inclusive de questões ambientais, também são observadas no cenário mundial.

Essa realidade é introduzida também na organização da sociedade. A alienação em relação à natureza, à produção e à própria humanidade – conceito abordado por Karl Marx em sua vasta obra (ver, por exemplo, *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, 2004 [1944]) – são reflexos dessa mesma concepção. O individualismo dos homens, sua indiferença à proteção do meio ambiente, o consumo e o desperdício exacerbados de recursos mostram a sobreposição da propriedade privada sobre questões sociais e coletivas. Essa abstração dos aspectos comunitários e a desvalorização do mundo dos homens e da natureza pelo consumo ilimitado de mercadorias indica a dicotomia entre racionalidade e irracionalidade, e os principais pontos da crise estrutural do sistema, em que o desenvolvimento econômico pela acumulação de capital revela a sua própria insustentabilidade. O professor Marcio induz então um questionamento extremamente relevante: *é possível disciplinar o capital?* Pelas análises dos grandes

geógrafos contemporâneos que utilizamos como base em todo o curso, essa pergunta se mantém, até o momento, com uma resposta negativa.

Chegamos então ao último encontro, ministrado pelo professor Leandro Dias de Oliveira, que retoma o diálogo iniciado por ele no início do curso. “Desenvolvimento Sustentável: Geopolítica e Ideologia” é o título desta conversa que encerra nosso debate sobre a questão ambiental contemporânea, em que tratamos do conceito como ideologia e analisamos a participação brasileira e as discussões internacionais, a fim de imaginar uma solução para a problemática ambiental hoje.

Como já discutimos, a geopolítica do desenvolvimento sustentável indica a atuação de uma espécie de novo imperialismo pelo domínio dos recursos naturais. O termo, vago e impreciso na sua concepção, reflete a ideia de um uso racional da natureza, que combina os preceitos da liberalização produtivo-econômica e a conservação do meio ambiente. Dessa forma, o conceito é passível de diversas interpretações e, em sua maioria, a economia se sobrepõe à ecologia. As contradições do espaço também fazem parte dessa análise: a proteção do meio ambiente precisa ser feita sem limites geográficos, em escala global, ainda que o cenário internacional mostre grandes desigualdades político-econômico-sociais entre países.

Sobre as conferências ambientais internacionais, é impossível relativizar a importância desses espaços de discussão. Ainda que a natureza seja o ponto central da existência da vida como um todo desde o Big Bang, só agora – há menos de 50 anos – que a preocupação com a sua proteção se tornou um assunto estratégico de interesse internacional. Apesar da criação de fóruns globais sobre o assunto, ainda há lacunas na sua efetividade: o vácuo temporal entre as conferências das Nações Unidas é um exemplo, acontecendo em longos períodos de 20 anos. Essa constatação nos permite refletir sobre como podemos resolver questões do nosso tempo se as discussões se realizam entre gerações. Postergamos as análises do presente para soluções futuras – que talvez nunca se realizem.

A escolha dos países-sede reflete a cronologia da apropriação da visão ecológica, como diversas vezes salientamos neste artigo: a primeira conferência foi realizada em Estocolmo (1972), na Suécia, um país europeu símbolo do desenvolvimento industrial e que carrega também um símbolo da sua crise, a poluição. A discussão passa a ter um caráter mais enviesado quando o discurso da despoluição, ou seja, a conservação ambiental por si só, passa a dar lugar para uma preocupação maior: a proteção da biodiversidade, representada pelo Brasil nas duas conferências seguintes, a ECO-92 (1992) e a Rio+20 (2012). Nesse sentido, a biodiversidade surge como recurso, contemplada pelo nascimento de conceitos como “capital natural” e “economia verde”.

Os relatórios que constroem os discursos das conferências também evidenciam a transformação do pensamento: inicialmente, o Relatório Meadows, “Limites do Crescimento” (MEADOWS et. al., 1973) propõe o congelamento do desenvolvimento industrial mundial e interpreta a necessidade de ação para a conservação ambiental como única saída para a manutenção da vida humana. Mas o capitalismo depende da sua expansão constante, não havendo espaço para obstruções. Evoluímos então para o Relatório Brundtland, o “Nosso Futuro Comum” (1988), com uma visão mais otimista e que apresenta ao mundo o conceito de desenvolvimento sustentável, buscando combinar crescimento econômico com preservação ambiental. A *Agenda 21*, assinada durante a Eco-92, reitera os objetivos do desenvolvimento sustentável em todas as suas frentes: social, política, ambiental e, principalmente, econômica.

Analisando a participação do Brasil nas discussões ambientais internacionais, o professor Leandro apresenta o histórico fundamentado de um país em desenvolvimento: em Estocolmo, ainda sob o regime da ditadura civil-militar, o Brasil tomou a liderança dos países periféricos em busca do seu lugar à mesa. É inconcebível, a este ponto, retroceder o industrialismo em economias emergentes. Nos anos seguintes, de 1992 e 2012, respectivamente, o Brasil é país-sede e revela suas características políticas e econômicas em consonância com a ideologia do desenvolvimento sustentável: primeiro, temos um país essencialmente neoliberal; em

segundo, um país com aspectos neoliberais, mas um Estado forte, que se compromete possuir maior protagonismo na conservação do meio ambiente. O Brasil é uma escolha-chave para sediar as conferências que tratam do desenvolvimento sustentável, uma vez que apresenta suas contradições à altura: possui uma das maiores reservas de biodiversidade mundial, mas sofre com o desmatamento e a grande emissão de poluentes; é um dos principais fornecedores de matérias-primas, mas possui um vasto uso de agrotóxicos; entre outras questões.

Retomando a construção ideológica do desenvolvimento sustentável, é possível observar uma crescente desconfiança que envolve o conceito: a presença ativa de interesses de grupos específicos, sejam eles financeiros ou políticos; o descrédito nos acordos internacionais, que pautam mais sobre sua capacidade de influência e discursos do que deliberações efetivas; o desencanto com medidas simplistas de longo prazo realizadas em megaeventos que atribuem eufemismos a estes discursos sobre a realidade alarmante que se apresenta diante de nós. Vemos a apropriação direta do capital sobre o meio ambiente, a exemplo dos mercados de crédito de carbono, que precificam em último nível os impactos ambientais. Caminhamos para uma minimização da relevância dos problemas ambientais refletidas nos tratados internacionais, como metas não cumpridas, a não adesão do país mais poluente do mundo ao Protocolo de Kyoto (1997) e o estabelecimento de metas próprias e individuais no Acordo de Paris (2015) em detrimento de esforços conjuntos e globais na proteção ambiental.

Após a Rio+20, as discussões giram em torno da necessidade de um ajuste do sistema ao seu obstáculo, ao invés de simplesmente contorná-lo, como vimos com as crises ambientais que se sucederam até hoje. É necessária uma revisão do desenvolvimento sustentável em seu cerne. Os debates realizados no curso nos permitem pensar: *será possível um novo modelo de desenvolvimento pós-sustentável? Como esta reformulação ideológica poderia ser posta em prática?*

Definimos a morfologia dessa transformação elencando pontos centrais: a repolitização do meio ambiente, incluindo a ressignificação da relação sociedade-

natureza, dessa vez concebendo a indissolubilidade de ambos; afastar as amarras empresariais e produtivas que visam mercantilizar a natureza, transformando-a em uma simples jogada de marketing em função do lucro e do uso de recursos; a relevância da produção teórica e científica sobre a problemática ambiental; e, por fim, a necessidade de revisitar conhecimentos que o sistema produtivo capitalista não foi capaz de dissolver, como formas alternativas de uso dos recursos naturais para suprir as necessidades humanas de forma mais consciente e solidária.

### **Agradecimentos**

A realização deste curso só foi possível pela contribuição dos professores e participação dos alunos. Tivemos inscritos da UFRRJ e da comunidade local, professores da rede pública, formações dos mais diversos níveis e áreas, incluindo alunos da graduação e do mestrado em Geografia, Relações Internacionais, Gestão Ambiental, Economia, Turismo e Educação do Campo, entre outras. Todos os presentes participaram ativamente dos debates, levantando questões e observações pertinentes a cada encontro, possibilitando uma junção de diferentes abordagens e visões que tornaram o curso como um todo coeso e agradável. A abertura para diálogos amplos como este é essencial para a formação de um ensino de qualidade, em que a imposição da autoridade e de limites à ciência se mantém do lado de fora, e a troca de conhecimento com diversas possibilidades de prática adentram o ambiente.

Deixo registrado o agradecimento pela possibilidade de fazer parte dessa iniciativa, ao professor Leandro que possibilitou a sua realização, ao colega André Herzog, que também atuou como monitor, aos professores que dividiram seus conhecimentos em diferentes áreas da Geografia e aos alunos que alimentaram esse debate tão importante para os dias atuais.

### **Referências Bibliográficas:**

AGENDA 21. CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. A Agenda 21. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1996.



BRUNDTLAND, Gro Harlem. COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO – 1988. *Nosso Futuro Comum (Relatório Brundtland)*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988 [1987].

KLEIN, Naomi. *A Doutrina do Choque: a Ascensão do Capitalismo de Desastre*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004 [1944].

MEADOWS, Donella H.; MEADOWS, Dennis L.; RANDERS, Jorgen; BEHRENS III, W. W. *Limites do Crescimento: Um relatório para o projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973 [1972].

OLIVEIRA, Leandro Dias de. *A Geopolítica do Desenvolvimento Sustentável: um estudo sobre a Conferência do Rio de Janeiro (Rio-92)*, 2011. 283 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas – SP, 2011b.

\* \* \*

### **CURSO DE EXTENSÃO “MEIO AMBIENTE E GEOPOLÍTICA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL”**

Coordenador: Prof. Dr. Leandro Dias de Oliveira [DGG/PPGGEO/UFRRJ]

Monitores: André Herzog de Almeida [Geografia-UFRRJ] e Letícia Mello de Mendonça [Relações Internacionais-UFRRJ]

#### **ESTRUTURAÇÃO DO CURSO:**

#### **PRIMEIRA PARTE: O MEIO AMBIENTE COMO QUESTÃO GEOPOLÍTICA**

Encontro I: A emergência da problemática ambiental contemporânea, Prof. Dr. Leandro Dias de Oliveira [DGG/PPGGEO/UFRRJ]. Data de realização: 06 de setembro de 2018.

Encontro II: Epistemologias, Políticas e Economias da Natureza: Modernidade em Xequê, Prof. Dr. Guilherme Ribeiro [DGG/PPGGEO/UFRRJ]. Data de realização: 13 de setembro de 2018.

## **SEGUNDA PARTE: CENÁRIOS DA CRISE AMBIENTAL CONTEMPORÂNEA**

Encontro III: Mudanças Climáticas e Aquecimento Global, Prof. Dr. Andrews José de Lucena [DGG/PPGGEO/UFRRJ]. Data de realização: 20 de setembro de 2018.

270

Encontro IV: Risco e Vulnerabilidade a Eventos Climáticos Extremos, Prof. Dr. Heitor Soares de Farias [DGG/PPGGEO/UFRRJ]. Data de realização: 27 de setembro de 2018.

Encontro V: Modelagem Ambiental de Cenários dos Incêndios Florestais, Prof. Dr. Gustavo Mota de Sousa [DGG/PPGGEO/UFRRJ]. Data de realização: 04 de outubro de 2018.

Encontro VI: Desastres Ambientais e Planejamento Ambiental, Prof. Dr. Tiago Badre Marino [DGG/PPGGEO/UFRRJ]. Data de realização: 11 de outubro de 2018.

## **TERCEIRA PARTE: A GEOPOLÍTICA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Encontro VII: A Ordem Internacional da Globalização, Prof. Dr. André Santos da Rocha [DGG/PPGGEO/UFRRJ]. Data de realização: 18 de outubro de 2018.

Encontro VIII: Insustentabilidade urbana e Crise da cidade, Prof. Dr. Maurilio Lima Botelho [DGG/PPGGEO/UFRRJ]. Data de realização: 25 de outubro de 2018.

Encontro IX: Capitalismo – Crise Estrutural e Contradições Ecológicas, Prof. Dr. Marcio Rufino Silva [DGG/PPGGEO/UFRRJ]. Data de realização: 01.º de novembro de 2018.

Encontro X: Desenvolvimento Sustentável: Geopolítica e Ideologia, Prof. Dr. Leandro Dias de Oliveira [DGG/PPGGEO/UFRRJ]. Data de realização: 08 de novembro de 2018.

**PÚBLICO-ALVO, NÚMERO DE VAGAS, LOCAL DE REALIZAÇÃO E DIREITO A CERTIFICAÇÃO E METODOLOGIA:**

**Público-Alvo:** Alunos de cursos de graduação e pós-graduação da UFRRJ, professores das redes pública e particular da região e todos os interessados na temática.

**Número máximo de participantes:** 25.

**Forma e Período de Inscrição:** preenchimento de formulário on-line, com breve carta de intenções, entre os dias 01º e 30 de agosto de 2018.

**Carga horária:** 40 horas.

**Horário:** Quintas-feiras, 8:00 h–12:00 h, entre 06 de setembro e 8 de outubro de 2018

**Local de Realização:** Mini-auditório do Jardim Botânico, *campus*-sede da UFRRJ.

**Data de Submissão:** 05/05/2019

**Data da Avaliação:** 05/06/2019